



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2010 PARA PROVIMENTO DE CARGO DE
JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO DO TRT/3ª REGIÃO

Juiz do Trabalho Substituto



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

1ª QUESTÃO:

Em relação ao abandono de emprego pelo reclamante, assinale a proposição INCORRETA:

- A) Deverá ser condenado a pagar indenização equivalente ao valor do aviso prévio ao empregador;
- B) O prazo para que o empregador ajuíze o inquérito é contado a partir do momento em que o empregado pretendeu retornar ao serviço;
- C) Exige sempre a fluência do prazo de trinta dias para a sua configuração;
- D) Exige sempre uma manifestação de vontade do empregado, expressa ou tácita, em abandonar o emprego;
- E) Dispensa qualquer notificação prévia do empregador para que o empregado retorne ao emprego.

2 - Com referência aos elementos característicos do contrato de experiência, assinale a opção CORRETA:

- A) Extingue-se naturalmente com o advento do termo final do prazo;
- B) Pode ser renovado uma única vez, com a mesma duração;
- C) É próprio da construção civil, onde a mão-de-obra é de baixa qualificação;
- D) É implícito no primeiro ano de trabalho, tido como período de experiência;
- E) Permite ao empregado, igualmente, avaliar o empregador.

03- Relativamente ao contrato de trabalho temporário, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Exceto na contratação temporária pela administração pública, só pode ser celebrado para atendimento a acréscimo excepcional de mão-de-obra;
- b) Exceto na contratação temporária pela administração pública, só pode ser celebrado para substituição do pessoal do quadro permanente da empresa;
- c) Exceto na contratação temporária pela administração pública, serve para intermediação da mão-de-obra dos serviços de asseio e conservação;
- d) Exceto na contratação temporária pela administração pública, pode ser utilizada na terceirização das atividades-meio da empresa tomadora;
- e) Exceto na contratação temporária pela administração pública, a inobservância do prazo de duração gera vínculo de emprego com a empresa cliente.

04) No que tange às medidas de proteção do trabalho da mulher, assinale a proposição CORRETA:

- a) a gestante tem direito à estabilidade no emprego e à consequente reintegração no emprego até o término dos seis meses da licença maternidade;
- b) a empregada doméstica gestante não tem direito a estabilidade provisória no emprego;
- c) a empregada gestante tem direito à indenização do período de estabilidade, salvo pedido de demissão ou demissão por justa causa;
- d) o direito da empregada gestante à estabilidade provisória se adquire com a confirmação da gravidez até 05 meses após o parto;
- e) a confirmação da gravidez pela gestante ao término do contrato de experiência indetermina o prazo de duração do contrato.

05- No que se refere ao trabalho doméstico, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) para os efeitos da legislação trabalhista, considera-se família a União Gay que contrata e assalaria empregado no âmbito doméstico;
- b) para os efeitos da legislação trabalhista, considera-se família a república de estudantes que contrata e assalaria empregado no âmbito doméstico;
- c) para os efeitos da legislação trabalhista, considera-se família a União estável que contrata e assalaria empregado no âmbito doméstico;
- d) para os efeitos da legislação trabalhista, considera-se família a república de solteiros que contrata e assalaria empregado no âmbito doméstico;
- e) para os efeitos da legislação trabalhista, considera-se família a entidade de assistência social na qual o assistido colabora com a prestação de serviços.

06- no que tange ao trabalho rural, assinale a proposição INCORRETA:

- a) para efeitos trabalhistas e previdenciário, a ele se equipara o pescador artesanal;
- b) para efeitos trabalhistas e previdenciário, o empregador rural é proprietário ou posseiro em nome de quem o empreendimento agrícola ou pecuário é organizado e desenvolvido;
- c) para efeitos trabalhistas e previdenciário, a atividade rural é aquela desenvolvida em prédio rústico;
- d) para efeitos trabalhistas e previdenciário, integram a atividade rural os projetos de beneficiamento ou industrialização rudimentar dos produtos de origem animal e vegetal;
- e) para efeitos trabalhistas e previdenciário, não é empregado rural quem é contratado eventualmente para a prestação de serviços sazonais.

07- Relativamente às fontes do direito do trabalho, assinale a proposição INCORRETA:

- A) Os regulamentos de empresa constituem imposições unilaterais de vontade do empregador, devendo optar o empregado pelo regulamento do seu empregador que mais lhe convenha, sob pena de renúncia de direitos;
- b) os usos são fontes não estatais do direito de trabalho, assim como os costumes trabalhistas, que são válidos desde que não contrariem a lei;
- c) a analogia não constitui uma fonte de direito, mas apenas uma técnica de integração e interpretação e aplicação de uma norma jurídica já existente no ordenamento jurídico;
- d) o direito civil constitui a matriz teórica da doutrina do direito do trabalho, podendo servir como sua fonte subsidiária, desde que haja compatibilidade com os princípios próprios do direito do trabalho;
- e) não há subversão da hierarquia das leis do trabalho, pois a norma de menor hierarquia repele a norma de posição hierárquica mais elevada e supera na concessão de proteção ao trabalhador.

08- Quanto a interrupção do contrato de trabalho, assinale a alternativa CORRETA:

- a) cabe a previdência social a responsabilidade pelo pagamento dos dias não trabalhados pelo empregado;
- b) durante a interrupção do contrato de trabalho não incidem encargos sociais sobre o salário do empregado;
- c) o empregado pode faltar injustificadamente ao serviço até cinco dias no ano sem perder o direito aos salários e às férias integrais;
- d) o contrato de trabalho não pode ser interrompido no curso do cumprimento do aviso prévio;
- e) o afastamento do empregado para cumprimento das exigências do serviço militar, ou de outro encargo público, não é motivo para alteração ou rescisão do contrato de trabalho pelo empregador.

09- No que tange ao salário, assinale a proposição CORRETA:

- A) Uma vez estabelecido por cláusula contratual, é insuscetível de ser alterado no curso da vigência do contrato de trabalho, salvo os reajuste periódicos;
- b) prevalece o salário da categoria profissional sobre o valor estipulado pelo empregador no contrato de trabalho;
- c) o ordenamento já inclui a remuneração do empregado pelos dias não trabalhados de descanso semanal e dos dias de feriado;
- d) o salário por unidade de produção é a forma mais justa de remuneração do empregado pelos serviços prestados, a exemplo do que ocorrer com as gorjetas, que são repartidas com os colegas de trabalho;
- e) a pré-contratação de horas extras já está incluída no salário contratual do empregado.

10- No que se refere às férias, assinale a proposição INCORRETA:

- a) admite a conversão de um terço do período de descanso em abono de férias;
- b) a conversão das férias, no todo ou em parte, fora do período concessivo implica no direito do empregado de recebê-lo em dobro;
- c) além do terço constitucional das férias e do abono de um terço das férias, o empregado também tem direito ao abono de retorno das férias;
- d) podem ser concedidas coletivamente em qualquer época do ano e independentemente de aquisição do direito pelo empregado;
- e) o descanso mínimo de férias é questão de ordem pública, embora deva atender aos interesses da atividade empresarial do empregador, salvo exceções previstas em lei.

11- Relativamente à equiparação salarial, assinale a proposição CORRETA:

- a) a equiparação salarial independe da denominação atribuída à função do pelo empregador;
- b) a equiparação salarial requer a demonstração de que o empregado e o paradigma exerciam exatamente as mesmas atribuições, não bastando a mera semelhança no desempenho de algumas delas;
- c) a exigência legal de trabalho para o mesmo empregador exclui o direito dos empregados cedidos à isonomia salarial com os empregados do ente público que os tenha requisitado;
- d) descabe a equiparação salarial de trabalhadores intelectuais e daqueles que exercem cargo de confiança;
- e) O direito às diferenças salariais advindas da equiparação salarial extingue-se com a promoção ou com a demissão do paradigma.

12- No tocante ao direito do empregado ao recebimento do adicional de insalubridade assinale a proposição incorreta:

- a) o adicional de insalubridade já remunera o repouso semanal dos dias de domingo e feriados;
- b) a desativação do local de trabalho a ser periciado não impede a apuração dos fatos relativos à insalubridade;
- c) não há distinção entre fabricação e manuseio de óleos minerais para fins de concessão do adicional de insalubridade;
- d) o pagamento do adicional de insalubridade pode ser suprimido com a eliminação da fonte da insalubridade, por iniciativa unilateral do empregador;
- e) a base de cálculo do adicional de insalubridade é o valor do salário-mínimo, até que a lei venha a regulamentar essa matéria.

13- No tocante ao direito do empregado ao recebimento do adicional de periculosidade assinale a proposição incorreta:

- a) a intermitência do contrato do empregado com o agente perigoso não elide o direito ao adicional de insalubridade;
- b) o direito ao adicional de periculosidade é assegurado aos empregados que trabalham com equipamentos elétricos de potência em condições de risco em unidade de consumo de energia elétrica;
- c) o direito ao adicional de periculosidade é assegurado aos empregados que trabalham como cabistas; instaladores e reparadores linhas e aparelhos de empresas de telefonias, em condições de risco equivalente aos sistemas elétricos de potência;
- d) o uso de equipamento de proteção individual adequado elide o direito do empregado ao recebimento do adicional de periculosidade;
- e) não faz jus ao recebimento de adicional de periculosidade o empregado que trabalha no transporte de valores, por ausência de previsão legal.

14- Em relação ao trabalho portuário, assinale a proposição incorreta:

- a) o trabalhador portuário se beneficia da extensão de direitos trabalhistas reconhecidos por lei aos empregados, embora não seja empregado;
- b) o adicional de risco só é devido de forma proporcional ao tempo efetivo de serviço prestado em condição considerada de risco, a quem presta serviço na área portuária;
- c) é portuário o trabalhador avulso sindicalizado contratado com a intermediação dos órgãos gestores de mão-de-obra;
- d) é portuário o empregado de empresa concessionária de terminal privativo no cais do porto;
- e) não é portuário o empregado da indústria da construção naval estabelecida na área portuária.

15 - Quanto à responsabilidade jurídica trabalhista, assinale a proposição incorreta:

- a) não há responsabilidade jurídica do dono da obra sobre as obrigações trabalhistas inadimplidas pelo empreiteiro, salvo se aquele for empresa construtora ou incorporadora;
- b) a Administração Pública não possui responsabilidade trabalhista em caso de inadimplência dos direitos trabalhistas nos contratos administrativos de prestação de serviços, por expressa exclusão da lei das licitações;
- c) é do Estado a responsabilidade pelas indenizações trabalhistas devidas em decorrência da proibição do trabalho dos domadores de animais nas atividades circenses;
- d) na cisão de empresas a responsabilidade trabalhista é solidária e incide sobre qualquer das empresas resultantes da cisão;
- e) é da segunda concessionária a responsabilidade trabalhista pelos contratos de trabalho celebrados após a entrada em vigor do contrato de concessão de serviço público, respondendo subsidiariamente a primeira concessionária.

16 - No que concerne à liberdade e à autonomia sindical, assinale a proposição correta:

- a) a Central Sindical é o órgão de deliberação máxima dos sindicatos;
- b) os sindicatos podem instituir livremente quantos cargos de diretoria quiserem, adquirindo seus ocupantes a estabilidade provisória no emprego;
- c) somente um sindicato representativo de uma mesma categoria profissional ou econômica será reconhecido na mesma base territorial;
- d) os sindicatos possuem plena liberdade e autonomia para se constituírem por desmembramento da base territorial mais ampla de outro sindicato, desde que respeitem a área mínima de um Município;
- e) aos sindicatos cabe a defesa dos direitos e dos interesses da categoria respectiva, ainda que se situem além dos limites da sua base territorial.

17 - Relativamente à renda necessária ao funcionamento do sindicato, assinale a proposição incorreta:

- a) sujeitam-se os sindicatos à devolução dos descontos de contribuições a seu favor a título de taxa para custeio do sistema confederativo, assistencial e outras, efetuadas nos salários de quem não é sindicalizado;
- b) é ilegal a cobrança de taxa para homologação de rescisão contratual pelos sindicatos;
- c) os sindicatos têm legitimidade para requerer em Juízo o pagamento de honorários advocatícios na assistência processual aos membros da categoria;
- d) os sindicatos têm legitimidade para receber doações e legados;
- e) os membros da categoria só possuem legitimidade para fazer objeção à cobrança da contribuição confederativa quando o instrumento coletivo prever essa possibilidade.

18- No que tange aos acordos e às convenções coletivas de trabalho, assinale a proposição incorreta:

- a) é nula a cláusula convencional que estipula a renovação automática do acordo ou da convenção coletiva de trabalho com o advento do término do seu prazo de vigência;
- b) prevalece a proteção trabalhista assegurada por lei quando a estipulação convencional for menos benéfica para os membros da categoria profissional;
- c) as condições de trabalho alcançadas por força de sentença normativa vigoram no prazo assinado, não integrando, de forma definitiva, os contratos;
- d) são válidas as alterações contratuais lesivas promovidas pelo empregador em seu regulamento de empresa desde que contem com a aquiescência do sindicato em acordo ou convenção coletiva de trabalho;
- e) a legitimação do sindicato para propor ação de cumprimento estende-se também à observância de acordo ou de convenção coletiva.

19- Relativamente aos descontos que podem ser feitos pelo empregador nos salários dos empregados, assinale a proposição incorreta:

- a) contribuição do segurado empregado de entidade filantrópica a título de contribuição previdenciária;
- b) prestações de parcelamento na aquisição de produtos, autorizada pelo empregado a favor do vendedor, que é o próprio empregador;
- c) prestações de empréstimo consignado autorizado pelo empregado, a favor da instituição financeira, independente o limite de endividamento;
- d) desconto autorizado a título de cartão de fidelidade do torcedor, a favor do time de futebol mantido pela empresa;
- e) parcelamento de dívida decorrente de dano causado ao patrimônio da empresa, mediante culpa do empregado e prévia estipulação contratual.

20 – No que concerne aos elementos característicos da relação de emprego e sua distinção em relação a contratos de trabalho afins, assinale a proposição correta:

- a) no contrato de trabalho em grupo não há relação de emprego, formando-se a relação de trabalho diretamente entre o representante do grupo de trabalhadores e o tomador de trabalho;
- b) a contratação irregular de servidores públicos para atendimento a necessidade temporária de excepcional interesse público acarreta a nulidade do contrato, sendo assegurado ao trabalhador apenas o direitos aos salários e ao FGTS;
- c) o empregado da construção civil que trabalha de dia como servente de pedreiro e à noite como vigia da obra possui dois contratos de trabalho distintos com o mesmo empregador;
- d) o empregado que presta serviços a mais de uma empresa pertencente ao mesmo grupo econômico possui um contrato de trabalho com cada uma dessas empresas quando celebrados individualmente e houver compatibilidade de horários entre eles;
- e) o neto predileto que, em detrimento dos demais netos, recebe da avó a incumbência de cuidar de sua fazenda, com o recebimento de salário mensal e carteira de trabalho assinada, com o cargo de gerente, é inequivocamente empregado para todos os fins trabalhistas e previdenciários.

21- No que se refere ao salário, marque a proposição **INCORRETA**:

- a) A CLT autoriza a estipulação do pagamento de salário por período superior a um mês quando o mesmo consistir em comissões, percentagens e gratificações.
- b) Conforme a CLT não serão consideradas como salário, dentre outras, as seguintes utilidades concedidas pelo empregador: vestuários fornecidos e utilizados no local de trabalho para a prestação de serviços; educação, compreendendo materiais didáticos; seguro de vida e de acidentes pessoais; previdência privada.
- c) De acordo com a matéria sumulada pelo TST a cessão de empregados exclui a equiparação, quando exercida a função em órgão governamental estranho a cedente e quando o pedido se refira a situação pretérita.
- d) Segundo as súmulas do TST, as gorjetas, compulsórias ou espontâneas, integram a remuneração, mas não servem de base para o cálculo do aviso prévio e horas extras.
- e) Segundo orientação sumulada do TST os reajustes salariais decorrentes de norma coletiva de trabalho não prevalecem frente à legislação superveniente de política salarial.

22- No que se refere ao trabalho do menor, marque a proposição **INCORRETA**:

- a) Aprendiz é o maior de 14 anos e menor de 24 anos que celebra contrato de aprendizagem, excetuados os portadores de deficiência, aos quais não se aplica o limite fixado para idade máxima.
- b) Os requisitos de validade do contrato de aprendizagem são: anotação do contrato em CTPS e matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não tenha concluído o ensino fundamental.
- c) A contratação de aprendiz por empresas públicas e sociedades de economia mista dar-se-á de forma direta, nos termos do Decreto 5598/05.
- d) O desempenho insuficiente e a falta disciplinar grave são causas para extinção antecipada do contrato de aprendizagem por parte da empresa.
- e) A duração do trabalho do aprendiz não excederá seis horas, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada.

23- No que tange à estabilidade e à garantia de emprego, marque a proposição **INCORRETA**:

- a) Segundo a legislação do FGTS é devido o depósito do fundo na conta vinculada do trabalhador cujo contrato foi declarado nulo em virtude de contratação irregular com a pessoa jurídica de direito público por ausência de concurso, quando mantido o direito ao salário.
- b) Dentre outras hipóteses legais, é correto afirmar que o trabalhador pode movimentar a conta vinculada no FGTS em caso de aposentadoria concedida pela Previdência Social e na extinção normal do contrato a termo, inclusive dos trabalhadores temporários.
- c) Os empregados eleitos diretores de sociedades cooperativas por eles criadas gozam das mesmas garantias asseguradas aos dirigentes sindicais.
- d) A estabilidade temporária de membros de CIPA e seus suplentes não abrange os representantes da mesma que foram designados pelo empregador.
- e) De acordo com matéria sumulada no TST a garantia de emprego à gestante é ampla, fazendo jus a obreira, em face da admissão da teoria objetiva, tanto aos salários do período como à reintegração no emprego mesmo se já ultrapassado o período da estabilidade.

24. Quanto à duração do trabalho, marque a proposição INCORRETA:

- a) A jornada dos trabalhadores contratados a tempo parcial poderá ser acrescida de horas extras, desde que remuneradas com adicional de 100% e que não passe de 60 minutos diários.
- b) Segundo o texto da CLT não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.
- c) O salário a ser pago aos empregados sob regime de tempo parcial será proporcional a sua jornada, em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo parcial.
- d) O salário-hora normal dos empregados diaristas é obtido pela divisão do salário diário correspondente à duração do trabalho, tendo por base a jornada de oito horas diárias, pelo número de horas de efetivo trabalho.
- e) Segundo a matéria sumulada pelo TST os cartões de ponto que demonstram horários de entrada e saída uniforme são inválidos como meio de prova, invertendo-se o ônus da prova, relativo às horas extras, que passa a ser do empregador, prevalecendo a jornada inicial se dele não se desincumbir.

25. No atinente aos contratos de trabalho, marque a proposição INCORRETA:

- a) Na extinção do contrato a termo em que o empregado formula pedido de demissão são devidos o 13º Salário proporcional e férias proporcionais mais 1/3. O empregado não saca o FGTS e poderá ser compelido a indenizar o empregador pelos prejuízos advindos da ruptura antecipada.
- b) Celebrados dois contratos a termo em lapso temporal inferior a seis meses do término do primeiro contrato, o segundo contrato sofrerá modificação objetiva automática, considerando-se como pacto de duração indeterminada.
- c) Segundo matéria sumulada no TST, pode ser formado o vínculo direto com o tomador de serviços terceirizados de limpeza, vigilância e serviços especializados ligados à atividade meio do tomador, desde que se comprove a pessoalidade e subordinação direta com o tomador.
- d) De acordo com o entendimento sumulado TST a contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, gera vínculo de emprego com os órgãos da administração direta, indireta e fundacional, tanto que é assegurado o pagamento dos salários correspondentes às horas trabalhadas e recolhimento do FGTS do período.
- e) Conforme súmula do TST, os órgãos da administração direta, autarquias e fundações públicas que tenham contratado na qualidade de tomadores de serviço, são responsáveis subsidiariamente pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador, desde que hajam participado da relação processual e figurem no título executivo judicial.

26. No que tange a suspensão e a interrupção do contrato de trabalho, marque a proposição CORRETA:

a) O empregado admitido em caráter substitutivo a outro empregado aposentado por invalidez poderá ser dispensado sem indenização caso a aposentadoria seja revertida, desde que tenha havido ciência inequívoca do caráter interino da contratação quando da celebração do vínculo com o substituto.

b) Segundo dispõe a CLT não pode ser considerada alteração unilateral do contrato de trabalho quando o empregador determina que seu empregado reverta ao cargo efetivo que ocupava, deixando o exercício de função de confiança.

c) Nos termos da CLT, os empregados de confiança podem ser transferidos sem sua prévia anuência para localidade diversa da que foi inicialmente pactuada.

d) O empregado poderá deixar de comparecer ao trabalho pelo tempo que for necessário, sem prejuízo do salário, todas as vezes que tiver de comparecer em juízo.

e) A pena de suspensão aplicada ao empregado por período superior a trinta dias poderá resultar, nos termos da CLT, em hipótese caracterizadora de abandono de emprego e culminar em aplicação de justa causa ao empregado.

27. No que concerne a força maior e ao rompimento do vínculo de emprego, marque a proposição CORRETA:

a) A força maior é caracterizada como um acontecimento inevitável em relação à vontade do empregador e para o qual ele não concorreu direta ou indiretamente e, por isso, eventual imprevidência do empregador não exclui ou desconstitui a razão de força maior.

b) Se o estabelecimento em que o empregado trabalha é fechado em razão de força maior e o empregado não é detentor de estabilidade, faz jus à indenização correspondente à metade daquela que seria devida em caso de rescisão sem justa causa.

c) Se ocorrer paralisação definitiva do trabalho, motivada por ato de autoridade municipal e que impossibilite a sua continuação, o empregador deverá invocar o fato em sua defesa, devendo o Tribunal do Trabalho notificar a pessoa de direito público apontada que figurará no processo como chamada à autoria e será responsável pelo pagamento de indenização.

d) Se o empregador, no curso de aviso prévio dado ao empregado, pratica ato que justifique a rescisão imediata do contrato, sujeita-se ao pagamento da remuneração correspondente ao prazo do referido aviso, sem prejuízo da indenização que for devida.

e) Se o empregado, no curso do aviso prévio, comete qualquer falta considerada como justa causa para a rescisão, perde o direito ao restante do respectivo prazo.

28. Quanto às condições de trabalho do menor, marque a proposição CORRETA:

- a) É lícito o recibo de salário firmado por trabalhador menor.
- b) É ilegal a quitação dada por menor de 18 anos na rescisão de contrato de trabalho, quando não haja a assistência de seus responsáveis legais.
- c) Quando o menor for empregado em mais de um estabelecimento, as horas de trabalho de casa um serão totalizadas.
- d) Pode ser prorrogada a jornada do menor em até duas horas, com acréscimo salarial de 50%, mediante convenção ou acordo coletivo e desde que o excesso de horas em um dia seja compensado pela diminuição em outro, respeitado o limite de 44 horas semanais.
- e) Por motivo de força maior poderá a jornada do menor ser de até 12 horas com acréscimo de 50% sobre a hora normal e desde que o trabalho do menor seja imprescindível ao funcionamento do estabelecimento.

29. Relativamente às normas de tutela da saúde do trabalhador, marque a proposição CORRETA:

- a) Tanto os sindicatos interessados como as empresas poderão requerer ao Ministério do Trabalho a realização de perícia em estabelecimento ou setor desde, com o objetivo de caracterizar, classificar ou delimitar se há trabalho em condições insalubres ou perigosas.
- b) Os adicionais de periculosidade ou insalubridade pagos por período igual ou superior a cinco anos integram a remuneração para todos os fins e se incorporam a ela, não podendo ser suprimidos unilateralmente, mesmo que haja a eliminação do agente ou do risco à saúde, sob pena de nulidade da supressão.
- c) Consoante súmula do TST a exposição do empregado ao agente eletricidade, mesmo que de modo intermitente, dá direito ao pagamento de adicional de periculosidade de forma integral, mesmo porque a lei não fracionou o pagamento do adicional. Além disso, os efeitos da atuação do agente eletricidade são instantâneos e imprevisíveis quanto ao futuro, sendo que sua ação sobre o organismo não exige decurso de prazo.
- d) É obrigatório para qualquer empresa que inicie suas atividades que haja prévia inspeção e aprovação das respectivas instalações pela autoridade regional competente em matéria de segurança e medicina do trabalho, sob pena de interdição ou embargo da atividade.
- e) Segundo matéria sumulada pelo TST a verificação mediante perícia de prestação de serviços em condições nocivas, considerado agente insalubre diverso do apontado na inicial, não prejudica o pedido de adicional de insalubridade.

30 - No que diz respeito à regulamentação das férias, marque a proposição correta:

- a) Não terá direito a férias o empregado que no curso do período aquisitivo deixar de trabalhar, com percepção do salário, por mais de 30 dias em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços da empresa.
- b) Durante o período de férias, o empregado não poderá prestar serviços a outro empregador, salvo se estiver obrigado a fazê-lo em virtude de contrato de trabalho regularmente mantido com aquele.
- c) Poderão ser concedidas férias coletivas a todos os empregados de uma empresa, sendo vedadas as férias coletivas apenas a determinados setores da empresa.
- d) O empregado contratado sob regime de tempo parcial que tiver mais de sete faltas injustificadas ao longo do período aquisitivo terá o seu pedido de férias reduzido à metade.
- e) Não poderá ser considerada falta ao serviço a ausência do empregado que tiver decretada sua prisão preventiva, quando for posteriormente impronunciado ou absolvido.

31 - No tocante ao direito de greve, marque a proposição INCORRETA:

- a) A Constituição Federal de 1988 ampliou o direito de greve em relação ao sistema constitucional anterior, conferindo aos trabalhadores a decisão sobre a oportunidade do exercício do direito de greve, bem como da definição sobre quais os interesses devem ser por meio dela defendidos.
- b) Considerando as limitações constitucionais ao direito de greve, a definição legal de serviços ou atividades essenciais, não abrange os serviços bancários (excetuando-se a compensação, com o respectivo processamento de dados a ela vinculados) e serviços de comunicação (excetuada a telecomunicação).
- c) A lei veda que o empregador efetue a contratação direta de serviços de manutenção de máquinas e equipamentos necessários à retomada das atividades enquanto perdurar o movimento grevista.
- d) Enquanto perdurar a greve o contrato dos grevistas permanece suspenso.
- e) Aos servidores militares são vedadas a sindicalização e a greve.

32 - Relativamente ao direito sindical, marque a proposição INCORRETA:

- a) Segundo a CF/88 a base territorial mínima do sindicato é o distrito.
- b) Embora reconhecidas formalmente na CF/88 as centrais sindicais não adquiriram poderes de negociação coletiva.
- c) O dirigente sindical que concorda em ser transferido para lugar ou função que dificulte ou torne impossível o exercício de suas atribuições sindicais perderá seu mandato sindical.
- d) O custeio da atividade sindical é feito através de quatro fontes básicas de arrecadação, que são as seguintes: contribuição sindical obrigatória, contribuição confederativa, contribuição assistencial e mensalidade dos associados do sindicato.
- e) Segundo entendimento sumulado do STF, independentemente da inscrição no Cartório de Pessoas Jurídicas, os estatutos sindicais devem ser levados a depósito no Ministério do Trabalho, para fins essencialmente cadastrais e de verificação da unicidade sindical.

33- No tocante aos dissídios coletivos, marque a proposição INCORRETA:

- a) Os dissídios coletivos de natureza jurídica dizem respeito à divergência de interpretação sobre normas e princípios já existentes, ou seja, fundamentam-se sobre a diversidade de análise entre os fatos e fundamentos jurídicos da demanda considerando a norma posta ou pré-existente, sendo atividade jurisdicional típica.
- b) Os dissídios coletivos de natureza econômica caracterizam-se pela atividade jurisdicional excepcional conferida ao Poder Judiciário Trabalhista para analisar o conflito entre a categoria econômica e a profissional e estabelecer normas e condições que terão validade projetada para o futuro, servindo de norma para as partes.
- c) Os dissídios coletivos de natureza jurídica e econômica constituem-se em formas heterônomas de solução dos conflitos.
- d) O conteúdo dos instrumentos coletivos negociais é formado unicamente por cláusulas contratuais.
- e) O limite legal de vigência da convenção ou acordo coletivo é de dois anos.

34 - No que concerne ao dirigente sindical, marque a proposição INCORRETA:

- a) O dirigente sindical que comete falta grave no emprego pode ser dispensado por justa causa, independentemente da garantia da estabilidade que faz jus.
- b) Se por qualquer motivo o sindicalizado deixar, abandonar o exercício da atividade ou profissão, perderá os direitos de associado ao sindicato, o que não acontece quando se encontra desempregado.
- c) O desempregado não poderá exercer o cargo de administrador sindical.
- d) A empresa que, no curso da negociação coletiva, promove consulta direta via intranet ou e-mail corporativo a seus empregados, para que eles aprovem ou não sua proposta formulada ao sindicato profissional comete conduta anti-sindical.
- e) Por conceito legal entende-se categoria profissional a que se forma de empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força do estatuto profissional especial ou em consequência de condições singulares de vida.

35 - No que se refere à Emenda Constitucional nº 45/2004, marque a proposição INCORRETA:

- a) Emenda 45/2004 deu nova redação ao art. 114 da CF/88 e, segundo consta no texto legal, uma vez frustrada a negociação coletiva ou a arbitragem as partes podem, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza jurídica.
- b) Caso haja greve em serviço essencial, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo na Justiça do Trabalho para a solução do conflito.
- c) No direito do trabalho brasileiro a arbitragem é sempre facultativa, porque vigora o princípio constitucional da inafastabilidade da apreciação do direito violado ou da ameaça ao direito pelo poder judiciário.
- d) Nos dissídios coletivos a titularidade da representação da categoria para a negociação coletiva é do sindicato, nos termos da CF/88, o que não elimina a possibilidade da legitimação concorrente para o ajuizamento da ação civil pública para a tutela da coletividade no âmbito da Justiça do Trabalho por outros legitimados indicados em lei.
- e) A situação jurídica de determinados empregados de uma categoria profissional afirmarem um interesse conflituoso que decorre de uma origem comum caracteriza os chamados direitos individuais homogêneos no âmbito do Direito do Trabalho.

36 - No que se refere à negociação coletiva, marque a proposição INCORRETA:

a) A mediação difere da arbitragem porque, enquanto nesta há a nomeação de um árbitro que dará a solução ao litígio, naquela o objetivo do mediador é estimular as partes para pacificar solucionando as causas originárias do conflito, sendo a resolução do mesmo atingida pelas próprias partes e não por uma decisão do mediador.

b) As convenções coletivas de trabalho uma vez instituídas regularmente pelos sindicatos representativos das categorias econômicas e profissionais, criam normas heterônomas que deverão ser observadas tanto pelos empregados como empregadores vinculados a essas entidades sindicais.

c) No acordo coletivo de trabalho não é necessária a presença de sindicato para a representação da categoria econômica, mas é essencial a presença do sindicato para a representação da categoria profissional, sob pena de nulidade do mesmo.

d) Considerando a natureza do acordo coletivo de trabalho ele não abrange toda a categoria.

Nos termos da CLT, se a categoria profissional é inorganizada compete sua representação à respectiva federação e, sendo esta inexistente, à confederação.

37 - Relativamente à negociação coletiva, marque a proposição INCORRETA:

a) As convenções e acordos coletivos são instrumentos formais e dentre as exigências para a sua validade formal temos: ampla convocação, divulgação ampla e pública da pauta, quorum legal ou estatutário para deliberação, redução a termo das regras e cláusulas estipuladas.

b) Segundo dispõe a CLT a vigência dos acordos e convenções coletivas inicia-se três dias após o depósito administrativo no órgão competente do Ministério do Trabalho regional ou nacional.

c) No direito brasileiro não é possível o aproveitamento de uma convenção coletiva celebrada por uma categoria para outra. Casos os sindicatos patronais e profissionais queiram utilizar-se de uma outra convenção isso implicará em uma nova negociação, com todos os requisitos formais para que o novo instrumento valha para as partes interessadas.

d) A CLT estabelece como critério legal sempre a prevalência da norma mais favorável, e, por consequência, o acordo coletivo prevalecerá em qualquer hipótese em face da convenção coletiva, desde que mais favorável que ela.

e) O contrato plúrimo é espécie de contrato individual do trabalho em que comparece uma pluralidade de sujeitos individuais contratantes, como no contrato de equipe. Não se confunde essa figura com o contrato coletivo de trabalho, situado no campo do direito coletivo do trabalho.

38- No que toca aos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, marque a proposição INCORRETA:

a) Para a caracterização dos direitos difusos de modo a serem aplicáveis no âmbito do direito do trabalho teríamos de enquadrar a situação jurídica existente para que os direitos trabalhistas fossem compreendidos como os transindividuais, de natureza indivisível, de que fossem titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstância de fato.

b) Ao contrário do que ocorre com os direitos difusos, os direitos coletivos permitem que se identifique, em um conjunto de pessoas, um núcleo determinado de sujeitos como titular.

c) Os direitos individuais homogêneos são também transindividuais e indivisíveis, mas permitem uma perfeita identificação de cada um dos interessados.

d) Ao estabelecer cláusula genérica de aplicação subsidiária de outras legislações, a CLT autorizou inclusive a possibilidade de aplicação da norma do código de defesa do consumidor e da lei de ação civil pública, quando pertinentes e compatíveis, no âmbito do direito do trabalho brasileiro.

e) Eventual direito difuso que envolva matéria trabalhista é, via de regra, defendido pelo Ministério Público do Trabalho através de ação civil pública, estando também autorizado o sindicato da categoria atingida a defendê-la em face da legitimação conferida pelo art. 8º, III, da CF/88.

39- No que respeita ao locaute, marque a preposição INCORRETA

a) Se um empregado comunica mediante protesto cautelar a paralisação de suas atividades por discordar das condições do ambiente de trabalho isso não configura greve.

b) O locaute constitui falta grave empresarial passível de gerar demanda de seus empregados para rescisão indireta do contrato de trabalho por descumprimento contratual e da ordem jurídica.

c) O locaute caracteriza interrupção do contrato de trabalho, sendo devidas aos empregados todas as parcelas contratuais referentes ao período em que ocorreu.

d) Pela ordem jurídica brasileira os piquetes são instrumentos válidos e próprios para persuadir os empregados a aderirem à greve, desde que não sejam usadas a violência, as agressões físicas ou morais ou ofendidos direitos e garantias fundamentais de outrem.

e) A boicotagem é típico meio de pressão feito pelos trabalhadores para que a comunidade adira e compreenda o movimento grevista, sendo principalmente conduzida pelos sindicatos.

40- Relativamente aos direitos da mãe social, marque a proposição incorreta:

a) O trabalho desenvolvido pela mãe social é de caráter intermitente, realizando-se pelo tempo necessário ao desempenho de suas tarefas.

b) Dos salários devidos à mãe social será deduzido o percentual de alimentação fornecida pelo empregador.

c) – A mãe social substituta deve residir na aldeia assistencial.

d) – A mãe social poderá permanecer morando na aldeia assistencial pelo prazo de 30 dias após a extinção do contrato.

e) – As mães sociais ficam sujeitas às penalidades de advertência, suspensão e demissão, aplicáveis pela entidade empregador.

41- Com relação à estruturação do serviço público é INCORRETO afirmar que:

- a) – Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros e estrangeiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei.
- b) – O cargo em comissão não depende de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos e a nomeação e exoneração são livres.
- c) – O concurso público tem validade de dois anos, podendo ser prorrogado por igual período.
- d) – Em face da exigência constitucional de concurso de provas e títulos não é mais possível a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária e de excepcional interesse público.
- e) – São vedadas a equipação e vinculação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público

42- Considerando a contratação da administração pública é INCORRETO afirmar que:

- a) – A inobservância da contratação de servidor por concurso público de provas ou de provas e títulos e da exigência do cumprimento do prazo de validade do concurso acarreta a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.
- b) – As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, assegurando o direito de regresso contra os responsáveis no caso de dolo ou culpa.
- c) – Os atos de improbidade administrativa importarão, dentre outros, a suspensão dos direitos políticos.
- d) – O ressarcimento ao erário de ato administrativo exclui a possibilidade de ação penal contra o agente político.
- e) – O servidor público da administração direta, autárquica ou fundacional, que venha ocupar o cargo de Prefeito será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

43- Com relação aos atos administrativos, assinale a proposição INCORRETA:

- a) – Constituem atos administrativos discricionários aqueles aos quais compete à Administração Pública deliberar sobre a executoriedade dos mesmos.
- b) – Constituem atos administrativos vinculados aqueles aos quais os órgãos investidos de poderes de gestão se subordinam ao cumprimento das determinações emanadas do Estado Império.
- c) – Constitui preclusão administrativa os atos administrativos pelos quais a Administração Pública reconhece direitos aos cidadãos administrados, sendo insuscetíveis de revogação, salvo se forem eivados de nulidade.
- d) – Os atos de jurisdição administrativa não fazem coisa julgada e nem condicionam o acesso do cidadão ao contencioso jurisdicional perante o Poder Judiciário.
- e) – Os atos administrativos estão sujeitos ao controle interno pela própria Administração Pública, que pode revogá-los espontaneamente caso não atendam aos princípios que regem a sua validade.

44- No que concerne aos bens públicos, assinale a proposição CORRETA:

- a) – Os bens dominiais da União, dos Estados e dos Municípios são irrenunciáveis e prescritíveis.
- b) – São bens dominiais da União, dos Estados e dos Municípios, as áreas correspondentes a vinte por cento dos imóveis rurais, cuja cobertura vegetal deve ser preservada contra o desmatamento, visando a proteção da flora e da fauna silvestres.
- c) – São bens públicos, insuscetíveis de apropriação pelos particulares, as praças, as avenidas e os demais logradouros públicos.
- d) – Os bens públicos podem ser seqüestrados para pagamento de dívidas inscritas em execução por precatório.
- e) – Os bens públicos podem ser dados em garantia de empréstimos contraídos pela Administração Pública.

45- Relativamente aos agentes públicos, assinale a proposição INCORRETA:

- a) – Os cargos, empregos e funções públicos são acessíveis a todos os brasileiros e, excepcionalmente, aos estrangeiros, como for disposto em lei.
- b) – Os servidores públicos efetivos adquirem estabilidade no cargo após três anos de efetivo exercício do cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- c) – São agentes políticos os ocupantes dos cargos públicos instituídos diretamente pela Constituição Federal.
- d) – As funções de confiança e os cargos de confiança são de livre nomeação por indicação do titular do cargo público a que servem, sendo igualmente de livre demissibilidade por quem os nomeia.
- e) – São servidores militares os que servem nas instituições militares nacionais permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, para a defesa da pátria, a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem.

46- Considerando os possíveis vícios dos atos administrativos, podemos afirmar que está INCORRETA a seguinte proposição:

- a) – A incompetência para a prática do ato fica caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou.
- b) – O desvio de finalidade ocorre quando o agente pratica o ato visando fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.
- c) – A ilegalidade do objeto consiste na omissão ou observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência do ato.
- d) – A inexistência de motivos se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido.
- e) – São também nulos os atos administrativos quando determinada empreitada ou concessão de serviço público for concedido com base em edital de concorrência que limite o seu caráter competitivo.

47- Em relação aos elementos constitutivos do crime, assinale a proposição INCORRETA:

- a) – O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa.
- b) – A coação irresistível e a estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, são causas excludentes de culpabilidade.
- c) – O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, é causa excludente de punibilidade.
- d) – O arrependimento eficaz pelo agente é sempre causa excludente de punibilidade.
- e) – A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado.

48) Em relação ao crime de falso testemunho ou de falsa perícia, assinale a proposição INCORRETA:

- a) não exige o dolo específico do agente, bastando o dolo genérico;
- b) consuma-se com a assinatura do depoimento, da tradução ou da interpretação, ou com a entrega do laudo pericial, mesmo que não influencie o julgamento;
- c) a retratação espontânea é causa excludente da punibilidade, desde que o agente se retrate ou declare a verdade antes da prolação da sentença;
- d) o bem jurídico protegido é a veracidade da prova, imprescindível à administração da justiça;
- e) é punível o agente que cala a verdade independente da relevância que possa ter o fato sobre o qual tenha conhecimento.

49- Com relação ao código penal é INCORRETO afirmar que:

- a) Se o empregador destrói, suprime ou oculta documento particular verdadeiro do qual não poderia dispor, com a finalidade de benefício próprio e prejuízo alheio, pode ser punido com pena de reclusão de dois a 6 anos;
- b) O médico que fornece atestado falso, no exercício de sua profissão, pode ser punido com pena de detenção de um mês a um ano e pagar multa;
- c) O funcionário público que solicitar ou receber ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar a promessa de tal vantagem, fica sujeito à pena de reclusão de dois a doze anos de multa;
- d) O funcionário público que patrocina, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da condição de funcionário, fica sujeito à pena de detenção de um a três meses, ou multa.
- e) Se o empregador omite ou insere em documento particular, declaração que nele devia constar, ou nele insere declaração falsa adulterada, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar verdade sobre fato juridicamente relevante, está sujeito à sanção penal de um a três anos de reclusão e multa.

50- Considerando o disposto no código penal é CORRETO afirmar que:

- a) Se o empregador imputa falsamente a seu empregado fato definido como crime comete injúria, com sanção penal de seis meses;
- b) A calúnia é definida em fato típico como a ofensa a alguém quanto à sua dignidade ou decoro;
- c) Se o empregador imputa fato ofensivo à reputação do empregado comete fato típico penal da difamação punível com detenção de três meses a um ano, e multa;
- d) Se a injúria consiste em utilização de elementos a raça, cor, etnia, a pena será de 5 anos de reclusão;
- e) Constitui injúria e difamação a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa pela parte ou seu procurador.

51- No que concerne à competência, marque a proposição INCORRETA:

- a) A parte que já opôs exceção de incompetência não pode suscitar conflito de jurisdição.
- b) É do TRT a competência para decidir conflito de jurisdição entre vara do trabalho Juízo de Direito, sujeitos a jurisdição de Tribunais Regionais diferentes.
- c) Nas decisões sobre exceções de suspeição e incompetência, salvo se terminativas do feito, não caberá recurso, podendo, no entanto, as partes renovarem a matéria no recurso cabível da decisão final.
- d) Na justiça do trabalho a incompetência de fora deverá ser declarada ex ofício, sendo declarados nulos os atos decisórios.
- e) As exceções de suspeição e incompetência suspendem o feito na justiça do trabalho.

52- No tocante a prova no processo do trabalho, marque a proposição INCORRETA:

- a) Na justiça do trabalho a prova das alegações incumbe à parte que as fizer, entretanto, existem provas que a lei estabelece o ônus da sua comprovação para uma das partes, como no caso de empresas que possuem mais de 10 empregados e devem fazer o controle e a prova da jornada de trabalho por cartão ponto, sob pena de provalecer a jornada afirmada na petição inicial.
- b) É possível no processo do trabalho a juntada de documentos após a apresentação da defesa nas hipóteses de anuência da parte contrária; quando se tratar de documento novo surgido após a propositura da ação; ou quando o documento já era existente, mas a ciência ou acesso ao mesmo somente foi possível o momento oportuno.
- c) Havendo necessidade e no intuito de estabelecer fatos dos autos o juiz, mesmo já tendo encerrado a instrução processual e feito os atos conclusos para decisão, poderá sempre o juiz determinar a reabertura da instrução para reinquirir testemunhas e elucidar fatos da lide.
- d) Segundo matéria sumulada do TST o preposto nomeado pela parte poderá ser ou não empregado da empresa mas, em qualquer caso, deverá ter conhecimento dos fatos da lide e não poderá se recusar a responder a qualquer pergunta, sob pena de confissão quanto aos fatos não esclarecidos ou omitidos.
- e) O ônus da prova de fato modificativo ou extintivo do direito do autor incube ao réu.

53) Relativamente à legitimação para estar em juízo no processo do trabalho e seus efeitos, marque a proposição INCORRETA:

A) Nas reclamações plúrimas ou ações de cumprimento os empregados poderão fazer-se representar pelo Sindicato de sua categoria.

b) A citação pessoal feita por mandado na residência do reclamado, por oficial de justiça, na qual consta a ausência do citando, mas é certificado que houve a citação na pessoa da mãe do réu, que se comprometeu a entregar-lhe a cópia da inicial e da intimação da citação.

c) Não comparecendo a audiência trabalhista o réu e estando presente seu advogado, não se aplicara a pena de confissão em decorrência da revelia se for apresentada a defesa e as provas pelo procurador com procuração constituída nos autos.

d) A revelia e conseqüente aplicação da pena de confissão não gera inexoravelmente a fatalidade da derrota na demanda, porque o juiz devesse examinar os fundamentos e o pedido inicial e, havendo elementos contraditórios e provas juntadas pelo autor que infirmem a pretensão, os pedidos poderão até ser julgados extintos sem julgamento de mérito ou mesmo total ou parcialmente improcedentes, conforme o caso.

e) Tratando-se de várias reclamações e havendo identidade de matérias referentes a empregados pertencentes à mesma empresa elas poderão ser cumuladas num só processo.

54) No que tange ao rito sumaríssimo no processo do trabalho, marque a proposição INCORRETA:

A) Não cabe demanda trabalhista pelo rito sumaríssimo contra a Administração Pública Direta, nem contra autarquias, sendo cabível, entretanto, contra fundações.

b) No rito sumaríssimo trabalhista compete as partes e procuradores as informações sobre eventuais mudanças de endereço para futuras notificações, sob pena de presumirem-se válidas e eficazes aquelas que foram realizadas para o endereço para futuras notificações, sob pena de presumirem-se válidas e eficazes aquelas que foram realizadas para o endereço fornecido com a inicial.

c) no rito sumaríssimo trabalhista a parte devesse manifestar-se de imediato e sem interrupção da audiência pelo documento apresentado pela outra parte, salvo se, a critério do juiz, houver absoluta impossibilidade de fazê-lo.

d) não é cabível a citação por edital no rito sumaríssimo trabalhista, sendo que na hipótese de pedido de sua realização o processo devesse ser arquivado e a parte condenada na custa sobre o valor dado a causa.

e) no rito sumaríssimo trabalhista o juiz adotará a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum.

55) No que diz respeito às regras para a execução no processo do trabalho, marque a proposição INCORRETA:

- a) aplicam-se subsidiariamente ao processo trabalhista os preceitos que regem o processo dos executivos fiscais para a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública Federal.
- b) é inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo STF ou em aplicação ou interpretação tidos como incompatíveis com a CF/88.
- c) A vigência da sentença normativa, nos termos da CLT, será a partir do trânsito em julgado da mesma.
- d) A ação de cumprimento poderá ser ajuizada pelo sindicato da categoria independentemente de outorga de poderes de seus associados quando verificado o descumprimento da sentença normativa.
- e) Os créditos previdenciários resultantes de condenação ou acordo trabalhista homologados serão executados ex officio.

56) Com relação à coisa julgada das ações coletivas é CORRETO afirmar que :

- a) A sentença sempre fará coisa julgada erga omnes na hipótese de direito difuso.
- b) A sentença fará coisa julgada erga omnes no caso de direito coletivo, exceto se houver improcedência por insuficiência de provas.
- c) A sentença fará coisa julgada ultra partes no caso de direito individual homogêneo, apenas no caso de procedência do pedido.
- d) A sentença fará coisa julgada ultra partes, limitando-se ao grupo, categoria ou classe, exceto se houver improcedência por insuficiência de provas.
- e) A sentença fará coisa julgada ultra partes, no caso de direito difuso, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas.

57- Com relação aos efeitos da coisa julgada e a litispendência nas ações coletivas é CORRETO afirmar que:

- a) A coisa julgada produz efeitos *ultra partes* na ação coletiva para tutela de direitos coletivos e prejudica os interesses individuais dos integrantes da categoria, grupo ou classe.
- b) As ações coletivas para tutela dos direitos difusos e coletivos não induzem litispendência para as ações individuais que, em nenhuma hipótese se beneficiam do resultado da demanda coletiva.
- c) Os efeitos da coisa julgada *erga omnes* e *ultra partes* beneficiarão os autores da ação individual, desde que eles requeiram a suspensão da ação individual no prazo de 30 dias a contar da ciência nos autos do ajuizamento da ação coletiva.
- d) No caso de direito individual homogêneo se improcedente o pedido, os interessados que não intervierem no processo como litisconsortes perderão o direito de discutir individualmente a questão.
- e) A ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho induz litispendência à ação individual e seus efeitos absorvem os da demanda individual.

58- Com relação à ação civil pública na Justiça do Trabalho é INCORRETO afirmar que:

- a) É cabível a ação civil pública na Justiça do Trabalho movida pelo sindicato da categoria para defesa de dano moral coletivo decorrente de conduta anti-sindical.
- b) Se no exercício de suas funções o juiz ou tribunal tiverem ciência de fatos que podem ensejar a propositura de ação civil pública, remeterão peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.
- c) Na Justiça do Trabalho a ação civil pública somente versará sobre condenação em dinheiro, não recaindo sobre obrigação de fazer.
- d) Segundo a lei da ação civil pública é cabível a concessão de mandado liminar, cuja decisão fica sujeita a recurso de agravo.
- e) Segundo a lei da ação civil pública a sentença proferida neste processo fará coisa julgada *erga omnes*, nos limites da competência do órgão prolator.

59- Quanto às normas de direito processual civil e do processo do trabalho é CORRETO afirmar que:

- a) O processo cautelar previsto no CPC somente se aplica ao processo do trabalho para o deferimento de tutelas de urgência inominadas.
- b) O processo especial da ação de consignação em pagamento previsto no CPC é aplicável ao processo do trabalho, sendo que o efeito da quitação em eventual acordo se limita ao objeto consignado, não produzindo efeito geral, a não ser que as partes assim deliberem em eventual acordo.
- c) A busca e apreensão somente é aplicável no processo do trabalho como medida incidente da execução, sendo incabível como procedimento cautelar antecedente ou incidente.
- d) Mesmo em face da atual jurisprudência predominante do STF e do TST é cabível a prisão do depositário infiel na Justiça do Trabalho.
- e) Os procedimentos cautelares inominados possuem a mesma natureza e pressupostos de deferimento que a antecipação de tutela no âmbito do processo do trabalho.

60- Quanto ao direito processual do trabalho em relação com o processo civil é CORRETO afirmar que:

- a) A CLT não possui norma processual específica que autorize a aplicação subsidiária do CPC, sendo que essa possibilidade decorre da interpretação da legislação constitucional referentes aos princípios do processo.
- b) Com relação ao processo do trabalho a quitação em acordo que preveja a extinção do contrato de trabalho significa que o empregado não poderá pleitear em outro processo qualquer direito que decorra da relação de emprego.
- c) Dada a quitação pelo objeto do pedido o empregado não poderá pleitear qualquer outro direito trabalhista em outra demanda referente ao mesmo período do contrato de trabalho objeto da demanda proposta.
- d) Conferida a quitação pela extinta relação jurídica significa que aquilo que foi objeto da demanda no processo proposto não poderá ser novamente pleiteado em outro processo.
- e) A quitação em processo trabalhista pelo objeto do pedido e extinto contrato de trabalho significa que a parte dá quitação pelo que foi objeto da demanda bem como por tudo o que poderia ter pleiteado em relação ao contrato de trabalho e não o fez.

61- No que concerne aos procedimentos do processo do trabalho, assinale a proposição CORRETA:

- a) No exercício do *jus postulandi* próprio o reclamante pode praticar todos os atos processuais e interpor todos os recursos cabíveis.
- b) A instrumentalidade da forma é princípio fundamental do processo do trabalho.
- c) Caberá reclamação correicional quando a decisão judicial for irrecorrível.
- d) O fato superveniente, constitutivo, modificativo ou extintivo de direito pode ser conhecido de ofício em qualquer instância.
- e) Não se admite reconvenção no procedimento sumaríssimo.

62- Em relação ao ônus da prova no processo do trabalho, assinale a proposição INCORRETA:

- a) Cabe ao reclamado o ônus de provar o desligamento do empregado.
- b) Cabe ao reclamante o ônus de provar o salário extrafolha.
- c) Cabe a quem o juiz impuser, na hipótese de inversão do ônus da prova.
- d) Cabe ao reclamado o ônus de provar o impedimento à equiparação salarial.
- e) Cabe ao reclamante o ônus de provar o direito ao vale-transporte.

63- No que se refere aos procedimentos no processo do trabalho, assinale a proposição CORRETA:

- a) Está derogado tacitamente o procedimento sumário da Lei nº 5584, de 1970, por ser incompatível com o procedimento sumaríssimo.
- b) Cabe recurso de revisão da decisão que fixa o valor de alçada estabelecido para o procedimento sumaríssimo.
- c) Está derogado o inquérito para apuração de falta grave, diante da extinção da estabilidade decenal promovida pela Constituição Federal de 1988.
- d) A reintegração do empregado portador de estabilidade acidentária só é admitida na fluência do prazo de estabilidade fixada por lei.
- e) A Justiça do Trabalho certificará o cumprimento das obrigações trabalhistas pelo empregador rural.

64- Quanto ao exercício dos poderes jurisdicionais pelo Juiz do Trabalho, assinale a proposição INCORRETA:

- a) O juiz do trabalho poderá determinar a oitiva de quantas testemunhas entenda ser necessárias à instrução do processo.
- b) Configura abuso de poder a concessão de antecipação de tutela de caráter satisfatório.
- c) Compete à Justiça do Trabalho julgar as ações ajuizadas pelo empregado contra o órgão gestor do FGTS, visando o levantamento dos depósitos da conta vinculada.
- d) Configura abuso de poder a determinação da Justiça do Trabalho para que o INSS proceda a averbação de tempo de serviço declarado por sentença ou reconhecido por acordo em processo trabalhista.
- e) Cabe exclusivamente ao juiz do trabalho o poder de converter *ex officio* o pedido de reintegração no emprego em pagamento de indenização dobrada.

65- Na hipótese da ocorrência de revelia do empregador, assinale a proposição INCORRETA:

- a) Deverá ser condenado o reclamado a pagar as verbas rescisórias com acréscimo de cinquenta por cento.
- b) Deverá ser incluída na sentença a condenação do reclamado ao pagamento da multa do artigo 475-J do CPC, sob pena de preclusão.
- c) Deverá ser determinada à Secretaria da Vara do Trabalho a anotação da baixa da CTPS do reclamante, caso o reclamado não o faça no prazo fixado.
- d) Deverá ser instruído o processo caso haja pedido que demande a realização de prova pericial.
- e) A condenação do reclamado em emitir declaração de vontade produzirá todos os efeitos da declaração não emitida, após o trânsito em julgado.

66 - No que concerne às custas processuais no processo do trabalho, assinale a proposição incorreta:

- A) O prazo para seu recolhimento, em caso de recurso, é contado da intimação do calculo.
- B) não incorre em deserção a ausência do seu recolhimento quando a parte recorrente seja empresa em liquidação extrajudicial.
- C) não incorre em deserção a ausência do seu recolhimento quando a parte recorrente seja massa falida.
- D) não incorre em deserção imediata a ausência do seu recolhimento quando o recorrente se insurja contra o indeferimento de benefícios de justiça gratuita.
- E) a comprovação de seu recolhimento só pode ser feita dentro do prazo recursal, caso haja a interposição de recurso.

67 - No que se refere à confissão judicial da parte no processo do trabalho, assinale a proposição INCORRETA:

- A) a ausência da parte confitente à audiência para a qual foi intimada a prestar depoimento pessoal autoriza a dispensa da produção de outras provas.
- B) só há confissão judicial quando a parte confitente admite a verdade de um fato contrario ao seu interesse e favorável ao adversário.
- C) deve ser aplicada quando a parte, sem motivo justificado, deixar de responder o que lhe for perguntado, ou dar respostas evasivas.
- D) deve ser aplicada quando o representante legal ou preposto da reclamada não tiver conhecimento dos fatos.
- E) como rainha das provas, a confissão judicial da parte se sobrepõe a qualquer outra prova no processo.

68 - No que se refere aos direitos sociais proclamados pela constituição brasileira, assinale a proposição INCORRETA:

- A) a ordem social tem como objetivos o bem estar social e a justiça social.
- B) a ordem econômica também está fundamentada na valorização do trabalho humano e na justiça social.
- C) os direitos sociais diferem dos direitos humanos, porque só se efetivam com ações promovidas pelo Estado.
- D) os direitos trabalhistas visam a melhoria da condição social dos trabalhadores, garantindo-lhes, dentre outros direitos, a aposentadoria e o seguro contra acidente de trabalho;
- E) os direitos sociais somente se efetivam com a participação dos sindicatos, aproveitando, inclusive, o trabalhador não sindicalizado.

69 - Em relação à intervenção do Estado no domínio econômico, assinale a proposição CORRETA:

- A) cabe à União Federal, por competência privativa, organizar e administrar o Sistema da Seguridade Social, bem como arrecadar contribuições sociais sobre lucro e faturamento das empresas.
- B) cabe à União Federal instituir empresas públicas e sociedades de economia mista para explorar atividade econômica, definindo o regime jurídico estatutário a ser aplicado aos respectivos servidores.
- C) os empregados públicos, mesmo admitidos por concurso público, não possuem direito à estabilidade no emprego e podem ser demitidos sem qualquer motivação do ato demissional.
- D) as alterações e concessões para pesquisa e lavra de recursos minerais, podem ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente, inclusive para empresas estrangeiras, sem prévia anuência do poder concedente.
- E) as empresas públicas e as de economia mista gozam de privilégios fiscais próprios, além dos que possam ser concedidos ao setor privado.

70 - No que concerne aos princípios jurídicos aplicáveis à Administração Pública, assinale a proposição INCORRETA:

- A) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- B) é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal de serviço público.
- C) cabe ao Poder Público a livre contratação de servidores por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.
- D) a proibição de acumular cargos e funções públicas se estende às concessionárias de serviços públicos.
- E) a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato.

71 – Relativamente aos elementos de validade dos negócios jurídicos, assinale a proposição INCORRETA:

- A) os negócios jurídicos nulos não geram qualquer eficácia em época alguma, sendo, por isso, insuscetíveis de anulação.
- B) os negócios jurídicos anuláveis podem ser ratificados pela mesma forma da constituição dos negócios jurídicos válidos.
- C) a ausência de formalidade é a regra geral de validade dos negócios jurídicos; sua exigência, a exceção.
- D) são anuláveis apenas os negócios jurídicos sobre os quais incidem vício de manifestação de vontade.
- E) se o negócio jurídico tiver prazo de duração determinado, extingue-se com o advento da condição.

72 – No tocante a eficácia da lei, assinale a proposição INCORRETA:

- A) haverá derrogação quando a lei for revogada tacitamente.
- B) haverá ab-rogação quando a lei for revogada integralmente.
- C) haverá revogação tácita quando a lei anterior contiver disposição incompatível com a lei nova.
- D) ato jurídico perfeito é aquele que, constituído sob a lei revogada, está isento de anulação por defeito de manifestação de vontade.
- E) haverá direito adquirido quando o começo do seu exercício tenha termo pré-fixo ou condição preestabelecida pela lei revogada.

73- Relativamente às pessoas jurídicas, assinale a proposição INCORRETA:

- A) associação é toda e qualquer união de pessoas que se organizam para o exercício de atividades lícitas, com ou sem finalidade econômica.
- B) somente podem ser instituídas fundações com finalidade religiosa, moral, cultural ou assistencial.
- C) toda e qualquer fundação é pessoa jurídica de direito privado.
- D) sociedade é uma pessoa jurídica cuja finalidade é substituir o empresário no exercício de atividade empresarial.
- E) as pessoas jurídicas de direito público com estrutura de direito privado, tem seu funcionamento regido pelo Código Civil, no que couber, salvo disposição em contrário.

74 – Relativamente aos direitos e deveres das crianças e dos adolescentes, assinale a proposição incorreta:

- a) considera-se criança para os efeitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, a pessoa até doze anos de idade incompletos.
- b) considera-se adolescente para os efeitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, a pessoa na faixa etária dos dezesseis aos dezoito anos de idade.
- c) é proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- d) o Estatuto da Criança e do Adolescente protege as pessoas em desenvolvimento, até, excepcionalmente, a idade de vinte e um anos.
- e) a guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida nos procedimentos de tutela ou adoção, exceto na adoção por estrangeiro.

75 – Relativamente à formação profissional da criança e do adolescente, assinale a proposição incorreta:

- a) entende-se por trabalho educativo a atividade laboral cujas exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do menor prevalecem sobre o aspecto produtivo.
- b) considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação.
- c) ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, escola técnica, assistido em entidade governamental ou não governamental, é vedado o trabalho noturno, perigoso, insalubre e penoso.
- d) a remuneração do trabalho do adolescente ou a participação na venda de produtos constitui fraude às normas de proteção da criança e do adolescente, com a conseqüente configuração de relação de emprego.
- e) em caso de infração à proibição do trabalho do menor de dezesseis anos, a anotação da CTPS para efeitos previdenciários só terá eficácia probatória com o advento da idade de dezesseis anos.

76 – Considerando o texto da CF/88 é correto afirmar que:

- a) É da competência da Justiça do Trabalho as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
- b) Segundo conhecida decisão do STF em ADIN foi reconhecida, com efeito *ex tunc* a competência da Justiça do Trabalho para conhecimento e julgamento de matéria penal referente aos crimes contra a organização do trabalho.
- c) Considerando as regras para solução do conflito de competências da CF/88 é da Justiça do Trabalho a competência para julgar, em recurso ordinário, o mandado de segurança decidido em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.
- d) A execução das contribuições sociais decorrentes de decisões da Justiça do Trabalho é de competência da Justiça Federal deve ser feita de ofício.
- e) A ação entre sindicatos e aquelas sobre representação sindical são da competência da Justiça Federal.

77 – Considerando as definições contidas na CF/88 é incorreto afirmar que:

- a) Compete aos juízes federais julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, acidente de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e a Justiça do Trabalho.
- b) Compete aos Tribunais Regionais Federais julgar os mandados de segurança contra ato do próprio Tribunal ou de juiz federal.
- c) Ao Ministério Público no exercício de suas funções são asseguradas as mesmas garantias dadas aos magistrados da inamovibilidade, irredutibilidade de vencimentos e vitaliciedade.
- d) A legitimação do Ministério Público para a ação civil pública impede a atuação de terceiros para atuarem nas mesmas hipóteses.
- e) O Ministério Público do Trabalho é legitimado nos termos da CF/88 para a defesa dos direitos coletivos.

78 – Quanto às atribuições constitucionais do CNJ é correto afirmar que:

- a) O CNJ tem em sua composição dois juízes do trabalho do TRT e um juiz do trabalho de primeira instância, todos indicados pelo TST.
- b) O CNJ tem competência para o exercício do controle judicial, administrativo e financeiro do Poder Judiciário, no cumprimento de seus deveres funcionais.
- c) Os ministros do STJ e do TST poderão exercer a função de Ministros Corregedores do CNJ.
- d) O CNJ deve zelar pela observância do art. 37 da CF/88, podendo apreciar, de ofício ou por provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei.
- e) É vedado ao CNJ requisitar e designar magistrados, delegando-lhes atribuições, bem como requisitar servidores de juízos ou tribunais.

79 – Nos termos do Código Civil é incorreto afirmar que:

- a) Gerente é o preposto permanente no exercício da empresa, na sede desta, ou em sucursal, filial ou agência.
- b) Salvo a exigência de poderes especiais pela lei, considera-se o gerente autorizado a praticar todos os atos necessários ao exercício dos poderes normalmente outorgados.
- c) Na falta de estipulação diversa pela empresa, consideram-se solidários os poderes conferidos a dois ou mais gerentes em exercício simultâneo da gerência.
- d) Segundo o CC o preposto não pode sem autorização escrita, fazer-se substituir no desempenho da preposição, sob pena de responsabilidade pessoal.
- e) O preponente não responde com o gerente pelos atos que este pratique em seu próprio nome, mas à conta daquele.

80 – Com relação ao Código Civil é incorreto afirmar que:

- a) Vendido o estabelecimento o alienante não tiver bens suficientes para solver seu passivo, a eficácia da alienação dependerá do pagamento de todos os credores, ou do consentimento deles, de modo expresso ou tácito, 30 dias a partir de sua notificação.
- b) O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de um ano contados da publicação, quanto aos créditos vencidos e, da data do vencimento, quanto aos outros.
- c) Salvo disposição em contrário, a transferência do estabelecimento importa a sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para exploração do estabelecimento, se não tiverem caráter especial.
- d) A sociedade estrangeira autorizada a funcionar no Brasil equipara-se à empresa nacional e não está obrigada a ter portanto, representante no Brasil com poderes para receber citação judicial pela sociedade.
- e) A sociedade estrangeira autorizada a funcionar no Brasil ficará sujeita às leis e tribunais brasileiros, quanto aos atos ou operações praticados no Brasil.

81 – Com relação ao Código Civil é incorreto afirmar que:

- a) Ficam solidária e ilimitadamente responsáveis pelas obrigações contraídas sob a firma social aqueles que, por seus nomes, figurarem na firma da sociedade limitada.
- b) É ônus de prova do empresário e da sociedade empresária a conservação e guarda de toda a escrituração, correspondência e mais papéis concernentes à sua atividade, enquanto não ocorrer prescrição ou decadência quanto aos atos neles consignados.
- c) A falência de sociedade transformada somente produzirá efeitos em relação aos sócios que, no tipo anterior, a eles estariam sujeitos, se o pedirem os titulares de créditos anteriores à transformação, e somente a estes beneficiará.
- d) Na liquidação de sociedade, uma vez encerrada a liquidação, o credor não satisfeito só terá direito a exigir dos sócios, individualmente, o pagamento do seu crédito, até o limite da soma por eles recebida em partilha, e a propor contra o liquidante ação de perdas e danos.
- e) Na transformação uma ou várias sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações, devendo todas aprová-la, na forma estabelecida para os respectivos tipos.

82 – Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente é correto afirmar que:

- a) O adolescente submetido a regime de internação não poderá permanecer nesta condição por período superior a dois anos.
- b) O adolescente internado, em qualquer hipótese, será liberado após prévia autorização judicial e ouvido o MP.
- c) A Justiça da Infância e da Juventude é competente para conhecer as ações civis fundadas em interesses individuais, difusos e coletivos afetos à criança e ao adolescente.
- d) São legitimados concorrentemente para as ações que visem a tutela de direitos difusos e coletivos afetos à criança e adolescente: o MP, a União, Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que tenham em seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos previstos no ECA.
- e) Os órgãos públicos legitimados concorrentes para tutela da criança e adolescente poderão firmar termo de ajustamento de conduta, o qual terá eficácia de título executivo extrajudicial.

83- Nos termos do Estatuto da Criança e do adolescente é correto afirmar que:

- a) O estabelecimento que hospede criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsáveis, ou sem autorização escrita deles ou de autoridade judicial, poderá ser fechado por até 15 dias pela autoridade judiciária;
- b) Comete infração punível com multa, o médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante que deixar de encaminhar à autoridade judiciária a comunicação de ciência de que a mãe ou gestante tem interesse de entregar seu filho para adoção;
- c) Comete infração o professor, punível com sanção de dispensa por justa causa, que deixar de comunicar à autoridade competente os casos de suspeita de maus tratos contra criança e adolescente;
- d) O MP tem competência para impetrar mandado de segurança ou habeas corpus, em qualquer juízo, instância ou tribunal, na defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis afetos à criança e ao adolescente;
- e) A falta de intervenção do MP nos processos que envolvam as situações previstas no ECA acarreta a nulidade do feito, que poderá ser declarada de ofício pelo juiz ou a requerimento de qualquer interessado.

84- Relativamente à ratificação de um Tratado internacional assinale a proposição INCORRETA:

- a) A ratificação de um tratado internacional é um ato unilateral, discricionário e irretratável do Estado signatário;
- b) Os tratados somente são obrigatórios depois de ratificados pelos Estados contratantes, que podem, no entanto, se desobrigar por iniciativa própria em qualquer época;
- c) A ratificação de um tratado internacional pode ocorrer com a assinatura, a troca de instrumentos, a ratificação, a aprovação, a aceitação ou a adesão, ou por quaisquer outros meios, se assim for convencionado;
- d) A ratificação de um tratado internacional se consuma com a sua ratificação no plano interno pelo Congresso Nacional, na forma disposta pela constituição brasileira;
- e) O tratado internacional ratificado vigora por prazo indeterminado, salvo se houver estipulação em contrário e se extingue, dentre outras formas, pelo desuso.

85- No que tange aos princípios comunitários, assinale a opção INCORRETA:

- a) O princípio da supranacionalidade assegura a igualdade de direitos entre os cidadãos dos países membros e a livre circulação de pessoas no espaço comunitário;
- b) O princípio da competência por atribuição impõe limites à atuação dos órgãos comunitários, submetendo-os ao império dos tratados comunitários;
- c) O princípio da proporcionalidade assegura uma representatividade, a cada país membro, por quociente de eleitores, no Parlamento europeu;
- d) O princípio da equivalência visa superar as diferenças existentes entre o direito comunitário e os direitos nacionais, em busca de uma integração social e econômica equitativa entre os países membros;
- e) O princípio da subsidiariedade visa à supressão das desigualdades regionais internas no espaço comunitário, através de uma política de subsídios econômicos e fiscais.

86- Quanto aos princípios jurídicos fundamentais da previdência social, assinale a proposição CORRETA:

- a) A previdência social promove a cobertura e o atendimento de toda a população urbana e rural;
- b) A previdência social é seletiva na escolha das categorias de trabalhadores que receberão os benefícios previdenciários;
- c) A previdência social concede com uniformidade e igualdade os benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- d) A previdência social só poderá criar, majorar e estender benefício com a correspondente instituição da fonte de custeio total;
- e) A previdência social é complementada pelas receitas provenientes dos regimes próprios de previdência privada.

87- Quanto à abrangência do Sistema de Seguridade Social, assinale a proposição CORRETA:

- a) Abrange as complementações de aposentadoria pagas pelos empregadores aos seus empregados;
- b) Abrange o financiamento de todas as despesas do Sistema Único de Saúde até o limite da dotação anual do orçamento fiscal;
- c) Abrange as aposentadorias por tempo de contribuição das donas de casa de baixa renda;
- d) Abrange a administração dos recursos da previdência privada complementar;
- e) Abrange a proteção social dos estrangeiros a serviço das empresas brasileiras no exterior.

88- No que se refere aos benefícios da previdência social, assinale a proposição INCORRETA:

- a) Os segurados especiais terão acesso a um elenco menor de benefícios previdenciários, sempre no valor do salário mínimo;
- b) Os segurados empregados domésticos receberão o benefício previdenciário no valor do salário mínimo, salvo se comprovarem o efetivo recolhimento das contribuições sociais devidas;
- c) Os benefícios em manutenção da previdência social serão reajustados nas mesmas épocas e nos mesmos índices do reajuste dos salários;
- d) Os benefícios previdenciários não podem ser acumulados com outros benefícios do mesmo regime de previdência social, salvo direito adquirido e exceções legalmente previstas;
- e) Abrange a proteção social dos estrangeiros a serviço das empresas brasileiras no exterior.

89- Quanto ao financiamento da previdência social, assinale a proposição CORRETA:

- a) O segurado trabalhador de baixa renda está isento de contribuição;
- b) A previdência social não possui orçamento próprio;
- c) Os segurados especiais, trabalhadores rurais, nunca contribuíram;
- d) Os servidores públicos nunca contribuíram para a previdência social;
- e) As mulheres são responsáveis pelo déficit da previdência social.

90- Em questão às contribuições sociais dos segurados, assinale a proposição INCORRETA:

- a) A progressividade das alíquotas das contribuições sociais dos segurados deveria ser maior;
- b) A carga da contribuição dos segurados mais pobres é proporcionalmente maior do que a dos demais segurados;
- c) Nunca existiu o alardeado déficit da previdência social brasileira;
- d) Os segurados especiais não contribuem o suficiente para o financiamento da previdência social;
- e) A Reforma da Previdência Social resolveu o problema do déficit da previdência social.

91- Relativamente ao novo disciplinamento ditado pelo Código Civil de 2002 para as sociedades empresárias assinale a opção INCORRETA:

- a) Reconhece direitos às sociedades irregulares;
- b) Não distingue a atividade econômica da atividade comercial;
- c) Limita-se a disciplinar as sociedades comerciais;
- d) Mantém tipos anacrônicos de sociedades comerciais;
- e) Fundiu as sociedades civis e as sociedades comerciais.

92ª QUESTÃO. As sociedades empresárias são classificadas ou são designadas segundo uma característica peculiar. Assinale a proposição INCORRETA:

- A) "sociedade limitada", em decorrência da responsabilidade limitada dos sócios em relação às dívidas da sociedade;
- B) "sociedade com firma", por só poder ter sócios pessoas físicas, sendo-lhe imposto por lei o uso da firma como nome empresarial;
- C) "sociedade sem fins lucrativos", em decorrência da ausência de exploração de atividade econômica;
- D) "sociedade secreta", em decorrência da presença de sócios não conhecidos, em contraste com o sócio ostensivo;
- E) "sociedade marital", em decorrência da presença de marido e mulher na composição societária entre si ou com terceiros.

93ª QUESTÃO. Em relação às sociedades em comum, assinale a proposição CORRETA:

- A) possui patrimônio especial, constituído pelos bens e dívidas sociais, mas os sócios respondem solidaria e ilimitadamente pelas dívidas da sociedade;
- B) qualquer dos sócios pode exercer os atos de administração da sociedade empresária, desde que haja estipulação a esse respeito em apartado;
- C) possui um ou mais sócios ostensivos e um ou mais sócios participantes, que respondem solidariamente pelas dívidas comuns da sociedade;
- D) não adquire personalidade jurídica ainda que o contrato social venha a ser registrado em qualquer Cartório de Registro;
- E) somente pessoas físicas podem tomar partes nessa sociedade empresária, sendo todos os sócios responsáveis solidariamente pela subscrição do capital.

94ª QUESTÃO. Relativamente à competência no processo civil, marque a opção CORRETA:

- A) A ação em que o incapaz for réu será necessariamente processada no foro de seu domicílio.
- B) Via de regra, as ações fundadas em direito pessoal e aquelas fundadas em direito real sobre bens móveis serão propostas no foro do domicílio do autor.
- C) Segundo a lei processual brasileira a pessoa jurídica estrangeira com sede no exterior que tiver agência ou filial no Brasil continua, para fins de responder às demandas judiciais, com seu domicílio no exterior.
- D) A ação intentada perante tribunal estrangeiro não induz litispendência, nem obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas.
- E) De acordo com a norma processual brasileira é competente o foro do domicílio do autor para as demandas em que for ré a pessoa jurídica destituída de personalidade jurídica.

95ª QUESTÃO. No que toca aos sujeitos da relação processual no processo civil, marque a opção CORRETA:

- A) O Ministério Público quando suscita conflito de competência não age como parte e sim na qualidade de fiscal da lei.
- B) Dá-se a conexão entre duas ou mais ações sempre que há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma, por mais amplo, abrange o das outras.
- C) Conforme o código de processo civil, em qualquer hipótese, o juiz que for proferir a sentença, caso entenda necessário, poderá mandar repetir as provas já produzidas.**
- D) Havendo a decretação da incompetência absoluta, todos os atos praticados no processo decisório ou não serão nulos.
- E) De acordo com nossa lei processual o juiz tem poderes para indeferir diligências inúteis ou protelatórias não podendo, entretanto, determinar de ofício provas para instrução do processo.

96ª QUESTÃO. No que concerne à comunicação dos atos processuais, marque a opção CORRETA:

- A) Todos os atos e termos do processo podem ser produzidos, transmitidos, armazenados e assinados por meio eletrônico.
- B) A superveniência de férias interrompe o curso do prazo, que recomeçará a correr do primeiro dia útil seguinte ao termo das férias;
- C) Computar-se-á em dobro o prazo para contestar e em quádruplo para recorrer quando a parte for Fazenda Pública ou o MP;
- D) Se intimado o advogado não devolver os autos dentro de 24 horas perderá o direito à vista fora de cartório e incorrerá em multa correspondente à metade do salário mínimo vigente, cuja sanção será aplicada pelo juiz da causa.
- E) É requisito essencial legalmente previsto no CPC que toda carta precatório venha acompanhada do depoimento das partes.

97ª QUESTÃO. Relativamente à citação no processo civil, marque a opção CORRETA:

- A) Segundo a lei processual é válida a citação pessoal do demandado na qual o oficial de justiça consta que realizou a citação no local indicado no mandado, na pessoa de um amigo ou parente do réu, que também reside no mesmo endereço.
- B) De acordo com o CPC a citação sendo válida, mesmo que ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e tem o efeito de interromper a prescrição.
- C) Citação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e termos do processo, para que faça ou deixe de fazer alguma coisa.
- D) A prescrição no processo civil é ato de disposição e renúncia da parte e por isso depende de argüição do interessado, não podendo ser decretada de ofício.
- E) O Ministério Público pode ser citado por carta registrada, devendo o carteiro colher sua assinatura no recibo de entrega.

98ª QUESTÃO. A respeito dos pedidos e da resposta do réu, marque a opção CORRETA:

- A) O pedido pode ser sucessivo eventual, quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.
- B) Formulado pedido que tenha por objeto o pagamento de prestações periódicas, o autor deverá ter nele incluído o pagamento das prestações vencidas e vincendas, sob pena de o juiz não poder se pronunciar sobre aqueles valores vencidos e compreendidos entre a data do ajuizamento e o do julgamento.
- C) Depois da contestação não existe mais a possibilidade de dedução de novas alegações.
- D) Se o réu alegar qualquer das matérias de defesa previstas no art. 301 do CPC, o juiz deverá ouvir o autor no prazo de 10 dias, permitindo a produção de prova oral.
- E) Sendo a matéria controvertida unicamente de direito e tendo o juízo já proferido decisão de improcedência total em casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da que foi anteriormente prolatada.

99ª QUESTÃO. No que concerne às normas do processo civil, marque a opção INCORRETA:

- A) Contra o revel que não tenha advogado constituído nos autos correrão os prazos processuais independente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório.
- B) Não pode o réu, em seu próprio nome, reconvir ao autor, quando este demandar em nome de outrem.
- C) A desistência da ação, ou a existência de qualquer causa que a extinga, não obsta ao prosseguimento da reconvenção.
- D) Os originais dos documentos digitalizados deverão ser preservados pelo seu detentor até o trânsito em julgado da decisão do processo.
- E) Fazem a mesma prova que os originais as cópias reprográficas de peças do próprio processo judicial declaradas autênticas pelo próprio advogado.

100ª QUESTÃO. Quanto às questões objeto das decisões judiciais e seus efeitos no processo civil, marque a opção INCORRETA:

- A) Uma vez fixada multa decorrente de descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, estabelecida em tutela específica, o juiz poderá, de ofício, modificar o valor e periodicidade da multa, caso verifique que ela tornou-se excessiva ou insuficiente.
- B) O juiz poderá decidir novamente questões já decididas relativas a mesma lide, quando se tratar de relação jurídica continuativa e se sobreveio modificação no estado de fato ou de direito; caso em que a parte poderá pedir a revisão do que foi estatuído na sentença..
- C) As questões de fato, não propostas no juízo inferior, poderão ser suscitadas na apelação, se a parte provar que deixou de fazê-lo por motivo de força maior.
- D) O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF ou de Tribunal Superior.
- E) Serão objeto de julgamento pelo tribunal todas as questões suscitadas e discutidas no processo, desde que a sentença as tenha julgado por inteiro.